

PLATAFORMA SINDICAL DOS PROFESSORES

ABAIXO-ASSINADO

Os docentes abaixo-assinados, preocupados e indignados com a actual situação que se vive na Educação, subscrevem a seguinte posição:

1. Com o objectivo de devolver às escolas, no imediato, a serenidade indispensável para que o ano lectivo termine sem perturbações mais graves do que as já existentes, deverá o Ministério da Educação:

- a) suspender o processo de **avaliação** até final do ano lectivo, sem que daí resulte qualquer prejuízo para a carreira dos docentes;
- b) garantir a não aplicação às escolas, até final do ano, de qualquer procedimento que decorra do regime de **gestão escolar** aprovado em Conselho de Ministros e ainda não publicado;
- c) negociar normas sobre organização do próximo ano lectivo que consagrem **horários de trabalho** para os professores pedagogicamente adequados e compatíveis com o conjunto das funções docentes;
- d) respeitar os **quadros legais** em vigor, em especial no que respeita às situações que já mereceram sentenças em Tribunal condenando o ME. É o caso do pagamento de horas extraordinárias pelo serviço de substituições já prestado, mas também, por exemplo, as ilegalidades cometidas em sede de colocação de professores ou no concurso a titular.

2. Num plano mais geral, os professores exigem uma mudança de política educativa, com o objectivo de valorizar e dignificar a profissão e a carreira docente, bem como de promover uma Escola Pública mais democrática e de maior qualidade. Nesse sentido, defendem:

- a) a renegociação do **Estatuto da Carreira Docente**, designadamente no que respeita a regime de avaliação, estrutura da carreira e sua divisão em categorias, horários de trabalho e estabilidade de emprego, incluindo a prova de ingresso na profissão;
- b) a renegociação do regime de **direcção e gestão escolar**, devendo, nesse sentido, ser respeitadas as considerações do Conselho Nacional de Educação que apontam para a necessidade de, antes de qualquer alteração, avaliar o actual modelo;
- c) a renegociação da legislação aprovada sobre **Educação Especial**, que, em diversos aspectos, atenta contra princípios fundamentais da Escola Inclusiva;
- d) a aprovação de medidas que promovam a qualidade da educação e do ensino e, simultaneamente, contribuam para reduzir os elevadíssimos e preocupantes níveis de **desemprego e precariedade** que atingem os docentes;

